

CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE – ENCONTRO DE SERVIDORAS E SERVIDORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

**DEFENDER A JUSTIÇA DO TRABALHO - PRESERVAR UM PATRIMÔNIO SOCIAL DO POVO -
RESISTIR À AGENDA ULTRALIBERAL CONTRA CONQUISTAS CIVILIZATÓRIAS.**

Vivemos a radicalização da ofensiva contra o sistema de direitos sociais, posta em marcha com o golpe de estado de 2016, cometido para impor a agenda ultraliberal apresentada pelo MDB no documento “A ponte para o futuro”, em 2015.

Aprofundam-se políticas de estado mínimo, com privatizações antinacionais, desmonte do MTE, de conselhos representativos, reforma previdenciária regressiva, reformas trabalhista, administrativa e sindical de caráter autoritário.

Os efeitos da EC 95 alcançam todo o serviço público e duramente o PJU, em especial a JT, e o TST encaminha uma reestruturação do Órgão sem participação dos servidores.

Os impactos da reforma trabalhista, que dificultou o acesso à Justiça e desmantelou a legislação protetiva, apontam o esvaziamento do papel social da Justiça do Trabalho, usado para questionar a sua existência.

Governo e empresariado proclamam a extinção da JT em favor do “livre mercado”. O Grupo de Estudos coordenado por Ives Gandra Filho prepara nova razão contra o direito do trabalho e contra o financiamento do movimento sindical, visando ainda sua pulverização com o fim da unicidade.

É amplo o consenso ideológico no Congresso e na mídia de massas em torno da agenda ultraliberal e o STF tem referendado os pontos centrais dessa agenda.

Barrar esse processo e desconstruir as medidas já implantadas pressupõem uma ampla luta da classe trabalhadora, que reúna outros setores da sociedade, em todas as frentes dialeticamente articuladas, de base e parlamentar.

É preciso:

- reafirmar o valor social do trabalho inscrito na CF88 e reafirmar os direitos dos trabalhadores e a Justiça do Trabalho, junto com o MTE e o MPT como conquistas civilizatórias da população.
- barrar a tentativa de Bolsonaro/Guedes/Gandra Filho de nova reforma trabalhista e sindical e iniciar processo de reversão da reforma de 2017.
- derrotar a tentativa do governo de acabar com a unicidade para promover o esfacelamento e a pulverização do movimento sindical.
- manter denúncia da EC95 como instrumento do sucateamento do serviço público.
- denunciar a falta de pluralidade nas concessionárias de comunicação, cobrando democratização do setor em favor do livre debate público.
- unidade interna e com os movimentos social, sindical e parlamentar como instrumento de amplificação dessas lutas.